

O CONCEITO DE CULTURA CORPORAL NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Dra. Lilian Cristina Gramorelli
Grupo Pesquisa em Educação Física Escolar - FEUSP

RESUMO

Ao longo do tempo e com maior rapidez no final do século XX, as paisagens educacionais foram se transformando na tentativa de corresponder às novas demandas do mundo contemporâneo, suscitadas também pelas proposições oficiais, sobretudo, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, em que novos paradigmas curriculares foram postos. No caso do componente curricular Educação Física, o diálogo com as Ciências Humanas e os questionamentos das teorias críticas iniciados na década de 1980 foram ampliados com as contribuições das teorias pós-críticas, o que possibilitou novos olhares para a prática pedagógica. Emergiu daí uma nova função social para a área, distanciando-se do entendimento do movimento corporal psicologicamente fundado e aproximando-se da gestualidade culturalmente construída e portadora de significados, ou seja, uma forma de linguagem. É nesse contexto que a expressão cultura corporal passou a ser veiculada na maioria das proposições curriculares oficiais elaboradas pelos Estados da Federação, podendo transmitir a impressão de algum consenso sobre o seu sentido e, conseqüentemente, sobre a concepção de Educação Física a ser ensinada. A tentativa de entender este consenso nos levou a investigar os significados atribuídos à expressão cultura corporal presentes nas propostas curriculares oficiais. Pautados no campo dos Estudos Culturais e na teorização curricular, os documentos oficiais foram submetidos à análise da Ordem do Discurso. Após a análise dos resultados, é possível afirmar que os discursos sobre cultura corporal nas propostas curriculares estaduais de Educação Física no Brasil estão sempre relacionados à tentativa da área e por que não da instituição escolar atender às demandas do século XXI, e são os mais variados possíveis, desde uma sugestão de transformação e qualificação da prática pedagógica como também de proposição de continuidade do mesmo. A investigação nos mostrou que a apreensão e utilização do termo cultura corporal pela área de Educação Física deve ser realizada com certa cautela, pois nem sempre há clareza acerca da concepção de cultura adotada. Outra constatação são as divergências entre embasamento teórico e orientações didáticas presentes em alguns documentos. Em relação aos conteúdos arrolados em algumas propostas curriculares, verificou-se que o termo cultura corporal conota o simples desenvolvimento de jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças. Por fim, as análises realizadas apontam a necessidade de maior compreensão da função social da Educação Física a partir do diálogo com as Ciências Humanas para que haja, efetivamente, uma transformação da prática pedagógica.

Palavras-chave: Cultura Corporal; Educação Física Escolar; Currículo

O CONCEITO DE CULTURA CORPORAL NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao longo do tempo e com maior rapidez no final do século XX, as paisagens educacionais foram se transformando na tentativa de corresponder às novas demandas do mundo contemporâneo, suscitadas também pelas proposições oficiais, sobretudo, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases no 9.394/96, em que novos paradigmas curriculares foram postos.

No caso do componente curricular Educação Física, o diálogo com as Ciências Humanas e os questionamentos das teorias críticas iniciados na década de 1980 foram ampliados com as contribuições das teorias pós-críticas, o que possibilitou novos olhares para a prática pedagógica. Emergiu daí uma nova função social para a área, distanciando-se do entendimento do movimento corporal psicologicamente fundado e aproximando-se da gestualidade culturalmente construída e portadora de significados, ou seja, uma forma de linguagem.

Nesse contexto, a expressão *cultura corporal* passou a ser veiculada na maioria das proposições curriculares oficiais elaboradas pelos Estados da Federação, podendo transmitir a impressão de algum consenso sobre o seu sentido e, conseqüentemente, sobre a concepção de Educação Física a ser ensinada.

Compreender como tal termo é elaborado nas instâncias de produção de documentos passou a ocupar nossas reflexões, notadamente para pensar como essa produção nas diversas secretarias estaduais de educação poderia articular e formar os professores para as novas configurações curriculares postas para o fazer pedagógico da Educação Física. Notamos que a expressão cultura corporal ensejava uma polissemia de significados e, portanto, poderia referir-se a distintas ações didáticas, almejando projetos de cidadão diversos.

Frente a essa suposição, arrolamos alguns questionamentos: Quais significados são atribuídos à expressão cultura corporal nas propostas curriculares estaduais? Será que a expressão cultura corporal nas propostas curriculares estaduais de Educação Física pode estar fundamentada em teorias diferentes e até mesmo divergentes? Será que o conceito de cultura influenciou a atribuição de sentidos e significados diversos ao termo cultura corporal? Quem é o sujeito produzido e quem é o sujeito interditado quando a proposta curricular trabalha com uma determinada noção de cultura? Quais identidades estão sendo

formadas? Dada a multiplicidade de interpretações do termo cultura corporal, quais funções são atribuídas à Educação Física?

A preocupação de perceber como essa expressão, no marco dos documentos, enseja variadas perspectivas de práticas pedagógicas, deu-nos a perceber a importância dos discursos veiculados. Podemos afirmar que foi o desassossego de pensar a multiplicidade de discursos sobre cultura corporal, que chegavam aos professores, que nos levou à perspectiva foucaultiana da análise da Ordem do Discurso.

Com base nessa preocupação, cabe então dizer que a perspectiva foucaultiana permitiu-nos visibilizar, entre outros aspectos, o funcionamento de alguns procedimentos de interdição discursiva, bem como a produção de diferentes discursos nas propostas curriculares estaduais de Educação Física. Diante disso, vimos a necessidade de utilizar, como método de pesquisa, a perspectiva foucaultiana da Ordem do Discurso, pautados no campo dos Estudos Culturais e na teorização curricular, pois poderiam fornecer-nos o suporte para investigarmos quais os discursos sobre o termo cultura corporal são veiculados nas propostas curriculares estaduais de Educação Física.

O termo Cultura Corporal no campo da Educação Física teve sua gênese na década de 1980, quando ainda prevaleciam os pressupostos da biologia e da psicologia do desenvolvimento. Nessa perspectiva, apresentava-se o movimento como o objeto de ensino e aprendizagem em uma perspectiva neutra, cujos elementos de natureza política e ideológica não interferiam no fazer pedagógico, já que o viés do movimento corporal físico e esportivo enfatizava o desenvolvimento de habilidades motoras ou o aperfeiçoamento dos domínios do comportamento.

Em contraposição, nos dizeres de Bracht (1999, p. 81), para as teorias progressistas de Educação Física compreende-se como o objeto de estudo o movimentar-se humano, não mais como algo biológico, mecânico ou mesmo na sua dimensão psicológica, mas sim como fenômeno histórico-cultural. O autor sinalizou que os termos “cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento” aparecem em quase todos os discursos, embora lhes sejam atribuídas consequências pedagógicas distintas. Devemos atentar a partir dessa afirmação que a expressão pode ter recebido significados distintos em conformidade com as concepções daqueles que a empregaram.

Apesar da gênese do termo cultura corporal circular na Europa no início da década de 1980, foi somente no final desse período que tivemos sua primeira menção no Brasil. Valter Bracht utilizou-o de maneira clara ao escrever, em 1987, um ensaio intitulado “Educação Física: a busca da autonomia pedagógica”, no qual desenvolveu uma reflexão

sobre a subordinação da Educação Física ao sentido das práticas corporais em relação às instituições militares e esportivas.

Nos textos oficiais, o termo surgiu em 1989, no âmbito do governo democrático de Miguel de Arraes Alencar, com a publicação do documento denominado Contribuição ao Debate do Currículo em Educação Física: uma proposta para a escola pública, pelo Estado de Pernambuco. Na pesquisa realizada por Vieira (2010), constatou-se que a proposta serviu como referência para a posterior construção das propostas curriculares dos Estados de Minas Gerais (1995), São Paulo (1993) e do Distrito Federal (1993), dado seu caráter inovador ao abordar o ensino da Educação Física numa dimensão diferente daquela em voga, voltada somente para o desempenho motor.

A publicação em 1992 da obra intitulada “Metodologia do Ensino de Educação Física”, por um coletivo de autores - Carmen Lúcia Soares, Celi Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht - segundo Daolio (1998), foi resultante do agrupamento de vários intelectuais da área que se alinharam em torno das ideias de Karl Marx e, a partir do diálogo com pressupostos do marxismo, indicaram o “reducionismo” tanto biológico como psicológico das propostas anteriores, nela o conceito de cultura corporal decorre da existência de uma produção humana corpórea que se transformou num patrimônio cultural. O termo cultura corporal então é o que representa o conhecimento da área de Educação Física que deve ser tematizado na escola, traduzido em jogo, esporte, ginástica, dança ou outras que constituirão seu conteúdo.

Já no final da década de 1990, no debate do campo curricular, o Ministério da Educação e Cultura publicou documentos de referência nacional denominados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a presença do conceito de cultura corporal nos PCN ensejou um novo olhar sobre o currículo, não mais hegemônico por um olhar biológico, e sim por preocupações que compreendiam as práticas corporais como elementos da própria cultura.

Vale ressaltar, como apontou Gramorelli (2007), que o conceito de cultura corporal permeia os três documentos de orientações curriculares produzidos no âmbito do Ministério da Educação, em 1997, 1998 e 1999, apresentando, entretanto divergência na interpretação do termo cultura corporal e nas finalidades da Educação Física.

No campo curricular, as teorias críticas problematizaram uma nova função social para a educação escolar e, conseqüentemente, para a Educação Física, que incorporou o conceito de cultura corporal, necessário para expressar a nova visão da área, evidenciando assim conteúdos que deveriam compor o currículo presente no contexto

social e cultural, atrelados ao corpo e ao movimento, que expressam significados de suas culturas. A escolha do termo cultura corporal foi necessária para a “desnaturalização” da Educação Física, já que contextualiza social e historicamente seu objeto de estudo, superando a redução biologicista e naturalizada de corpo (BRACHT, 2011).

Entretanto, outras configurações são construídas no debate do campo curricular sob influência das denominadas teorias pós-críticas, teorias que surgem a partir de movimentos questionadores dos diversos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos postos pela Modernidade, reflexão essa que ora transforma alguns aspectos das teorias críticas, ora amplia essa discussão. Silva (2002) destaca alguns aspectos como centrais no questionamento das teorias críticas: pretensões totalizantes das grandes narrativas, crítica ao sujeito autônomo centrado nas narrativas modernas, aos processos de dominação e poder que estão além das relações sociais pautadas nas divisões de classes.

Ressaltamos que o termo cultura corporal, objeto de nossa pesquisa, também sofre influência das teorias pós-críticas. A ideia oriunda da Antropologia sobre cultura explicitada pelas teorias críticas é acrescida por outras ferramentas de análise oriundas dos Estudos Culturais e do multiculturalismo crítico, ou seja, os conceitos de discurso e identidade.

Percebemos, então, o estabelecimento do diálogo da Educação Física com essas teorias de educação. Na busca de uma proposição educativa, ratifica-se a apropriação e constituição do conceito de cultura corporal no interior dos discursos produzidos pela área. Diante disso, questionamos qual o fundamento teórico em relação ao conceito de cultura corporal que inspirou a apropriação do termo nos documentos curriculares, é baseado em quais teorias: críticas, pós-críticas e por que não nas teorias tradicionais de educação? Este é um dos aspectos que consideramos em nossas análises.

METODOLOGIA

Como apontamos anteriormente, é na constituição do currículo que se entrecruzam práticas de significação, identidade social e poder. Com base nos Estudos Culturais, esses fatores devem ser investigados a partir de seu envolvimento com as relações de poder estabelecidas. Forjou-se, assim, a busca do método que possibilita uma investigação da linguagem constituinte do nosso objeto de estudo. Optamos utilizar a Ordem do Discurso na perspectiva Foucaultiana.

Para Foucault (2011), o discurso sofre limitações externas que atuam como procedimentos de exclusão, operando de três formas. No procedimento de interdição dos

discursos, o autor afirma que há um controle daquilo que pode ser dito, não se tem o direito de se dizer tudo, ou ainda, qualquer coisa em qualquer circunstância, há uma determinada ordem a ser seguida. Em um segundo procedimento de exclusão tem-se a oposição razão x loucura. Para o autor é pela palavra que se identifica o louco. A palavra do louco que antes era ignorada – até final século XVIII – passa a ser ouvida por especialistas. Mesmo sendo ouvida por médicos, psicólogos e pedagogos, ainda há a separação entre a palavra do louco - sem importância e sem verdade - e palavra da razão. Quem escuta, dotado de poder de autoridade no discurso, é quem dá o direito à fala, interpreta e analisa de acordo com o que é considerado verdadeiro.

Já o terceiro procedimento de exclusão, tem relação com a oposição verdadeiro x falso. Ao longo do tempo se estabeleceu uma vontade de verdade em alguns discursos que excluiu aqueles que não se enquadravam na ordem do verdadeiro.

Refletindo sobre o objeto de nossa pesquisa, relacionamos esses conceitos às propostas curriculares estaduais de Educação Física, pois consubstanciam posicionamentos oficiais através de discursos que soam como verdadeiros. O que nos interessa saber é quais discursos verdadeiros sobre o conceito de cultura corporal são colocados em operação, já que, como vimos anteriormente, o conceito é alvo de disputa e passível de diversas interpretações, dadas as diferentes compreensões do termo cultura.

Enfim, para realizarmos a Ordem do Discurso na perspectiva foucaultiana foi necessário mapear e questionar a vontade de verdade existente nas propostas curriculares estaduais de Educação Física, a partir do que a expressão cultura corporal fala: quando o termo cultura corporal está posto nas propostas curriculares, quem fala por ele e quem é falado? Qual é a sustentação teórica que embasou a escolha desse conceito e não de outro, que teoria fala?

DISCUSSÃO

Realizamos um levantamento das propostas curriculares estaduais, buscando os textos oficiais disponíveis no sítio eletrônico das secretarias estaduais de educação de todas as unidades da federação. Nessa busca, encontramos dezenove documentos e observamos que cada instância administrativa adotou procedimentos específicos para disponibilizar os documentos.

De uma forma generalizada, podemos apontar que é comum o emprego do termo cultura corporal nas propostas, entretanto suas indicações variam de documento para documento a depender da equipe representante do Estado que o produziu.

Quantitativamente, pudemos constatar que das dezenove propostas analisadas, dezesseis incorporam o termo cultura corporal. Porém, as três que não registram a expressão sugerem indicações para a prática pedagógica que se assemelham às demais.

Para qualificar a coleta dos dados e posterior análise, optamos pela organização do registro em quatro agrupamentos abaixo relacionados:

- a) Cultura Corporal é um conceito central na proposta.
- b) Como aparece o conceito de Cultura Corporal: o que é para essa proposta “Cultura Corporal”.
- c) Fundamentação Teórica: observada a partir da proposição e das orientações didáticas
 - c2) Pautadas nas teorias críticas de educação.
 - c3) Pautadas nas teorias pós- críticas de educação.
- d) Bibliografia: se coaduna com o que está posto na proposta?

Após o registros dos dados coletados, pudemos tecer algumas considerações...

DISCUSSÃO

Sobre o termo cultura corporal

Os fragmentos analisados demonstram a relevância com que o discurso sobre o termo cultura corporal aparece e como ele é compreendido nas propostas curriculares estaduais de Educação Física. A partir dessas indicações, percebe-se que o termo é apontado, de modo generalizado, como jogos, lutas, ginásticas, esportes e dança, sendo esta última registrada também como atividades rítmicas e expressivas. Com menor ênfase ainda são citadas as brincadeiras e atividades lúdicas, mímicas e artes circenses.

Revelam portanto, a vontade de verdade presente nos discursos sobre a cultura corporal. Desse modo, qualquer outra interpretação distante do que é indicado por essa verdade, afasta-se do que é oficialmente validado nos currículos. Ou ainda, utilizando outro conceito foucaultiano, a interpretação dada sobre cultura corporal nas propostas seria a razão, e tudo o que não se relacionar a ela, será a loucura, e assim, não terá seu sentido validado.

Sobre a fundamentação teórica (teorias tradicionais, críticas e pós- críticas):

Em cada proposta curricular procuramos analisar as relações entre a expressão cultura corporal, o referencial teórico ao qual se associa e as orientações metodológicas para a prática pedagógica. A reflexão que a Ordem do Discurso nos possibilita em relação à compreensão dos discursos veiculados sobre cultura corporal nas propostas curriculares

estaduais de Educação Física está relacionada aos diferentes significados atribuídos ao termo nesses documentos.

Indicamos, a partir dessa análise, que a mesma expressão cultura corporal pode tanto significar a formação do sujeito que compreende o movimento e as práticas corporais culturais como resultantes dos diferentes processos vivenciados e construídos imersos numa determinada cultura, como também, pode indicar tão somente que o universo de práticas corporais é mais amplo, incluindo jogos, lutas, ginásticas, esportes e danças, cujas técnicas específicas devem ser aprendidas e reproduzidas. Aqui fica evidente uma compreensão do movimento humano destituído de significados culturalmente construídos.

Portanto, existe uma Ordem do Discurso nas propostas curriculares estaduais de Educação Física que atribuem sentidos diferentes para o termo cultura corporal.

Sobre a bibliografia

A análise da bibliografia relacionada nas propostas curriculares estaduais revela que os discursos veiculados na área de Educação Física pelos documentos oficiais têm como referência maior os PCN, publicados no final da década de 1990, e a obra de Soares et al, de 1992. Devemos levar em consideração esses aspectos, pois os quase 20 anos que separam essas edições da publicação da maior parte dos documentos, exceção feita à proposta catarinense, foram bastante profícuos em debates e produções na área de Educação Física.

Em semelhança ao que foi dito com relação à contradição dos discursos, o fenômeno pode ser analisado com base no conceito foucaultiano de comentário. Tomemos as propostas curriculares como novos textos, novos discursos sobre cultura corporal, que em nossa análise, têm como função principal dizer o que já estava articulado no texto primeiro, qual seja os PCN ou a “Metodologia do Ensino de Educação Física”. O que se nota, portanto, é o novo texto dizendo o velho texto.

CONCLUSÃO

Percebemos que existe uma determinada ordem no discurso sobre cultura corporal, que possibilita algumas condições para que sejam atribuídos diferentes significados a esse termo. Essas condições aparecem tanto na compreensão do que vem a ser cultura corporal nos documentos oficiais - ampliando o significado em relação ao que historicamente foi construído e, ao mesmo tempo, controlando o acaso do discurso ao limitar cultura corporal a jogos, lutas, ginásticas, esportes e danças- quanto nos discursos que anunciam uma nova perspectiva de Educação Física, mas que contraditoriamente retornam aos velhos textos tradicionais da área.

A partir dessas constatações, sugerimos que a construção confusa desse discurso seja intencionalmente controlada e selecionada a fim de que o próprio discurso adquira um tom de renovação, associado às perspectivas mais progressistas em educação, pois a utilização do termo cultura corporal é quase unânime nas propostas analisadas, e, como vimos em nossa revisão de literatura, seu surgimento esteve associado às teorias críticas de educação, ensejando modificações para a prática pedagógica do componente.

Nessa perspectiva, a proposta curricular veicula o discurso sobre cultura corporal, adquirindo um ar de renovação, mas contraditoriamente, esse discurso continua colocando em funcionamento práticas tão tradicionais quanto aquelas existentes antes da utilização do termo cultura corporal e anteriores ao debate sobre a função social da Educação Física e da sua fundamentação nas Ciências Humanas.

O termo cultura corporal nas propostas curriculares está sempre embasado nas teorias críticas de educação, fundamentação teórica que também apareceu como unânime. Verificamos quinze documentos em que o termo cultura corporal aparece como parte da proposição curricular tomando como base as teorias críticas, todavia não foi possível constatar uma relação coerente com os encaminhamentos e procedimentos pedagógicos.

Vale ressaltar que o discurso das teorias pós- críticas não teve grande representatividade nas propostas curriculares estaduais de Educação Física, apenas nos documentos de Alagoas e Goiás aparecem referências aos conceitos pertencentes a esse campo teórico, mas também os aspectos divergentes entre fundamentação e orientações didáticas foram detectados nesses documentos.

A partir da reflexão que a pesquisa possibilitou, não há como afirmar um único significado veiculado sobre Cultura Corporal nas propostas curriculares estaduais de Educação Física no Brasil. Os diferentes discursos postos nos documentos oficiais são interditados, excluídos e controlados de certo modo que ensejam diferentes práticas pedagógicas, desde aquelas que rompem com o paradigma da área, até aquelas que se constituem com “mais do mesmo”...

Não há garantias, portanto, que a utilização da expressão cultura corporal em proposições curriculares assegure a transformação de práticas pedagógicas que atendam as novas demandas do mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. *Revista da Fundação de Esporte e Turismo* 1 (2): 12-19, 1989.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. In: *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48, Agosto, 1999.

_____. Dilemas no Cotidiano da Educação Física Escolar: entre o desinvestimento e a educação pedagógica. In: Educação Física Escolar: dilemas e práticas. *Salto para o Futuro*. Ano XXI Boletim 12 – Setembro, 2011

FOUCAULT. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 21ª edição, 2011.

GRAMORELLI, L. C.. *O Impacto dos PCN na Prática dos Professores de Educação Física*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2007.

SILVA. *Documentos de Identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, Carmem Lúcia. Et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA. S. L.. Escola- função social, gestão e política educacional. In: Ferreira e Aguiar (orgs). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2010.